

## PANORAMA: A LÍNGUA DO BRASIL

Edith Pimentel Pinto

Definição da língua do Brasil é assunto que hoje pode parecer, à primeira vista, no mínimo, de interesse secundário.

De fato, um aloglota deste, ou mesmo de outros tempos, se lingüisticamente bem informado, não hesitaria em identificar a língua do Brasil como português. No entanto, sua informação lingüística não lhe bastaria para distinguir um falante luso de um falante brasileiro; nem, muito menos, um falante do Norte de um do Sul do Brasil. Realmente, isto não é fácil, nem mesmo para um português, que identifica o acento brasileiro, mas não distingue as nossas particularidades regionais, o que, inversamente, é válido para o brasileiro, relativamente à fala portuguesa, salvo, talvez, se se tratar de português ilhéu.

Por outro lado, um falante nativo brasileiro, pertencente às camadas populares, não sente a sua língua como portuguesa, o que, evidentemente, não se deve a nenhuma posição doutrinária, mas, bem ao contrário, à carência de informações sobre o assunto.

Isto, que ocorre com pessoas de escassa ou nenhuma instrução, acontecia no passado com os próprios intelectuais brasileiros, que não dispunham de embasamento lingüístico capaz de lhes permitir uma visão crítica em nível específico.

A defesa da língua brasileira avultou, como se sabe, principalmente em dois momentos, correspondentes, "grosso modo", ao Romantismo e ao Modernismo, em literatura, quando a língua era bandeira de indisciplina em face das rígidas prescrições gramaticais; e de nacionalismo, em face da necessidade de auto-afirmação política do País.

Postos na emergência de fundamentar sua crença na existência de uma língua autônoma, derivada do português, os autores de então não hesitavam em invocar autoridades e teorias européias, adaptando-as ao caso brasileiro segundo as conveniências do momento e freqüentemente em perfeita disparidade de situação.

Examinadas hoje, à luz da serenidade e da coerência, salta à vista o caráter tendencioso da argumentação em favor da língua brasileira, o que, na época, não

emergia com a mesma clareza, dado o clima passional em que se discutia o assunto e a sua relevância em termos de auto-afirmação nacional.

Essa é a razão pela qual aqueles que se desejavam furtrar a uma definição, seja em favor da existência da língua brasileira, seja da vigência da língua portuguesa no Brasil, lançavam mão de subterfúgios, como o de denominar essa entidade, que preferiam pagã — de *língua nacional, língua pátria, idioma nacional*.

O resultado dessa relutância, resultado que até hoje parcialmente perdura, refletiu-se até em publicações oficiais e foi certamente uma contribuição negativa para o esclarecimento do povo a respeito da língua que fala.

A importância da revisão do problema, neste momento em que sua abordagem já não tem sabor de contenda, não decorre, porém, apenas, da importância de veicular a quem dela ainda carece, a informação correta a respeito da língua do Brasil — o que deve ser preocupação de todos os que, interessados diretamente no assunto, ou simples curiosos, desejam ver esclarecidos pontos anuviados por um ouvir dizer impreciso e agora agravado pela escamoteação, nos próprios livros didáticos, da denominação *língua portuguesa*. Além dessa, existe, porém, outra razão, que interessa igualmente a especialistas e a todos aqueles que se empenham, de uma forma ou de outra, nessa área de estudos, e consiste numa conclamação para as incontáveis tarefas, quase todas ainda por executar, com respeito à língua do Brasil.

Estudos de caráter impressionista, muitas vezes bem intencionados, mas quase sempre nada concludentes, por seu caráter extra-lingüístico, há, evidentemente, muitos. De fato, esse é sobretudo o legado daquele século de debates situados aproximadamente entre 1850 e 1950.

Embora importantes para o conhecimento do pensamento crítico da época sobre a língua do Brasil, tais estudos, quer pela pobreza metodológica, quer pelas discutíveis credenciais lingüísticas de seus autores, são hoje de pouca valia para o conhecimento das várias etapas por que passou a língua do Brasil, e, sobretudo, para a apreensão do grau de complexidade que teria oferecido, em cada momento dado, em certos pontos do seu domínio.

Por outro lado, estudos descritivos, planejados e executados com alguma preocupação metodológica que avalize os seus autores para as conclusões que apresentam, são de caráter tópico, o que não permite, em momento algum da história da língua no Brasil, uma visão sequer aproximada de sua efetiva realização.

Durante a maior parte daquele longo século em que se discutiu a identidade da língua do Brasil, era quase exclusivamente na história externa da língua que se fundava toda argumentação.

Relacionavam-se, diretamente, traços típicos da variante brasileira com fatos da história da civilização; valorizavam-se dados geográficos e culturais, ligados às condições específicas da colônia e às características da colonização, para concluir que, *necessariamente*, a língua portuguesa se diversificara tanto, no Brasil, que se transformara em língua brasileira.

Nessa linha de raciocínio, um dos recursos mais freqüentes da argumentação era o estabelecimento de um paralelo entre a formação do português, a partir do latim, e a formação do brasileiro, a partir do português, como se as circunstâncias históricas, — para ficar só no plano em que se situavam tais estudos — fossem idênticas.

Evidentemente, não o eram, pois não há qualquer semelhança entre as cir-

cunstâncias em que o latim, cuja unidade se rompeu, dando incremento às línguas românicas, e aquelas em que o português do século XVI, em pleno processo de codificação, se implantou no Brasil.

A este propósito é bom lembrar que a necessidade, sentida em Portugal no século XVI, da sistematização de um corpo de regras de fato vigentes na boca e na pena de um grupo de "bons falantes" portugueses, conduziu essa variante, regional e social, a um tempo, à condição privilegiada de língua comum.

As conseqüências dessa atitude disciplinadora só poderiam ser, portanto, de *coesão* e não de desagregação da língua. E não ocorrendo, pois, qualquer ruptura da unidade lingüística portuguesa, nem evidentemente, nenhuma reordenação das variantes regionais, para, autonomicamente, empenhar-se, cada uma delas, em nova codificação, não se configura, aí, nenhum argumento que, por analogia, se aplique à formação da língua brasileira.

No entanto, nos meados do século passado, conforme a visão da intelectualidade da época, toda e qualquer discrepância entre o uso brasileiro da língua e o uso português passava por elemento comprobatório da vigência da nova língua, já formada, ou em vias de formação. De sorte que todo empenho era dirigido para o arrolamento dessas discrepâncias, sempre no intuito de estabelecer uma certidão de nascimento, e não importando considerar o peso dos fatos arrolados, relativamente ao que se pretendia provar.

Assim se levantava o maior número possível de palavras usuais no Brasil e desconhecidas em Portugal; ou palavras de velho cunho português, mas já desusadas por lá; e ainda palavras que no Brasil haviam sofrido alterações semânticas desconhecidas dos portugueses.

Ora, um argumento centrado no léxico, que é externo ao sistema da língua e flutua com os fluxos da civilização e as vicissitudes da comunidade, pressupõe que a língua seja meramente um acervo de palavras.

É verdade, contudo, que, ao lado desse argumento, de ordem, por assim dizer, quantitativa, representado pela potência lexical brasileira, ocorria também o arrolamento de traços fonéticos peculiares ao Brasil, na tentativa de configurar uma pronúncia já tipificada, em relação à portuguesa, prova conclusiva, para o pensamento da época, da autonomia lingüística nacional.

Dessa forma, o arrolamento visava, antes de mais nada, a ser exaustivo, de fato, porém, era indiscriminado, pois nem o caráter freqüentemente apenas regional de certas diferenciações era levado em conta; nem, muito menos, o aspecto social de outras dessas diferenciações, correndo tudo como imagem fiel da entidade-língua do Brasil.

Ora, esses traços de léxico e de fonética, facilmente coletáveis, quando se trabalha sem nenhum rigor, e certamente comprobatórios da diversificação da língua no Brasil, em natural correspondência com a especificidade da nova comunidade social, não são suficientes para atestar a existência de uma língua autônoma. Para isto seria necessário levantar fatos que comprovassem a alteração do sistema da língua portuguesa, de tal forma que sua rede de funções já não fosse aquela descrita nas gramáticas expositivas e normativas.

Importa assinalar que o uso reduzido ou levemente alterado, em um ou mais campos da língua, das flexões e combinações características do sistema, não constitui prova suficiente da existência ou mesmo da formação de uma nova entidade

lingüística. Assim, tanto é português conjugar eu vou, tu vais, ele vai, nós vamos, vós ides, eles vão, quanto conjugar eu vó, tu vai, ele vai, nós ou a gente vai, eles vai, cêis vai, etc.

Embora ninguém negue que tais fatos realmente ocorrem, importa considerar que nem eles exorbitam do sistema característico da língua portuguesa, nem são gerais e sistemáticos em todo o território brasileiro.

Afora as diferenças léxicas e as alterações fonéticas, decorrentes, respectivamente, da experiência social da nova comunidade e dos novos hábitos articulatórios, próprios dos brasileiros, de nada mais dispunham os defensores da nova língua, presumivelmente nascida na situação de contacto português/línguas indígenas, português/línguas africanas, contacto do qual resultasse a interpenetração dos sistemas implicados e a posterior definição de um *terceiro sistema*, diverso daqueles.

Se a formação de uma língua deste tipo, comumente chamada *língua mista*, no plano diacrônico, realmente se iniciou, conforme alguns indícios parecem atestar<sup>1</sup>, esse processo foi certamente obstado pela imposição definitiva da língua portuguesa, que, alçada à categoria de língua oficial, a partir de 1727, ganhou, simultaneamente, uma posição de prestígio social diante das demais.

Assim, examinados hoje, à luz das informações lingüísticas de que dispomos, todos os argumentos manipulados no passado pelos defensores da língua brasileira reduzem-se a traços reveladores de *diferenciação do uso* da língua portuguesa no Brasil.

Ora, *diversificação de uso* é fato corriqueiro, em certas circunstâncias, em relação a qualquer língua, pois, no conjunto de possibilidades funcionais que um sistema lingüístico oferece, há, como é sabido, ao lado de suas imposições, traduzidas em regras, liberdade de escolha e combinação, de que resultam incontáveis formulações individuais e grupais<sup>2</sup>.

Estas opções coletivas, quando mantidas tradicional e sistematicamente, passam a caracterizar um uso peculiar a uma comunidade. Isto é, consolida-se a vigência de uma outra *norma*, no âmbito da *mesma língua*.

Foi o que começou a evidenciar-se, no Brasil, a partir do momento em que já se tornara ponderável a tradição lingüística brasileira, firmada ao longo de três séculos. Fatores circunstanciais, como a independência política e o individualismo romântico, então favoreceram e inflamaram o processo contestatório em relação à norma portuguesa, campanha em que se empenharam os nossos homens de letras, a partir de meados do século passado, num quadro que, "mutatis mutandis", se repetiria neste século, por ocasião do centenário da Independência.

Reexaminadas agora, as calorosas discussões em torno da existência de uma língua brasileira parecem pouco e mal fundamentadas, pois se processavam à luz do impressionismo, na ausência de formação lingüística consistente.

<sup>1</sup> Coseriu, Eugênio - "Sistema, norma e fala". In: *Teoría del lenguaje y lingüística general*. 2.ed., Madrid, Editorial Gredos, 1969.

<sup>2</sup> Machado Filho, Aires da Mata - *O negro e o garimpo em Minas Gerais*. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1943.

Os estudos de ordem diacrônica, que eram os únicos a municiar essas discussões — e isto até uma época, 1945, aproximadamente, em que outros rumos da lingüística já poderiam propiciar novas reflexões e a conseqüente reinterpretação dos fatos da língua no Brasil — mantiveram em circulação a idéia imprecisa mas bastante generalizada de que há ou estaria havendo a gestação de uma nova língua, nascida do português.

A *diversificação do uso*, que de fato ocorria e continua a ocorrer, incontestavelmente, embora enfatizada em seus resultados, era, e até certo ponto continua a ser, objeto de interpretação extralingüística, de forma que os mesmos fatos podem servir às mais diversas conclusões.

Tal como a entendemos hoje, a realidade lingüística brasileira permanece ainda, em sua maior parte, desconhecida, à espera de estudos descritivos que invalidem, como bom fundamento, afirmações apriorísticas do passado, e permitam, doravante, conclusões fidedignas.

Esses estudos serão, a um tempo, de caráter dialetológico e sócio-lingüístico. Como pressuposto, as pesquisas devem estender-se por todo o território nacional e, em certos pontos, aprofundar-se verticalmente, sem o propósito preconcebido de provar o que quer que seja, mas apenas o de levantar o que de fato for encontrado, em termos de léxico, de fonética, de morfossintaxe.

Ambas as linhas de estudos — a horizontal e a vertical, estão, como se sabe, em vias de execução. Seus resultados, porém, ainda são irrisórios, em face de tudo o que está por realizar.

Na linha dialetológica, o grande promotor desses estudos, se se considerar especificamente a realização efetiva e continuada das pesquisas, é incontestavelmente o prof. Nelson Rossi, que empreendeu, na Bahia, o estudo dos falares locais e dos de Sergipe<sup>3</sup>.

Na linha da Sociolingüística, mais uma vez, os méritos cabem a Nelson Rossi, que sugeriu e conseguiu a integração do Brasil num programa interamericano de lingüística e ensino de línguas, o PILEL. Esse projeto, cuja execução se iniciou nos anos 60, despertou-lhe a atenção e o interesse, como um complemento indispensável às pesquisas dialetológicas que já estava a empreender. Empenhou-se, por isso na inclusão do Brasil no Projeto, destinado a princípio apenas às capitais hispano-americanas, tendo sido aprovada proposta sua, de alteração dos estatutos, para sua adaptação ao Brasil.

Estes trabalhos, de que Nelson Rossi foi também o primeiro coordenador, visam ao estabelecimento da *norma urbana culta*, isto é, visam a retratar a efetiva fala das pessoas adultas, de ambos os sexos, de cultura superior, nas grandes cidades. Uma vez determinada esta norma, isto é, a média dos usos efetivos, tradicionalmente consagrados, poder-se-á, não apenas obter uma imagem bastante confiável da realidade lingüística brasileira, nos dias presentes, como também, a partir daí, empreender uma atualização da gramática, exatamente como se fez antes da primeira gramática da língua, em Portugal, no século XVI, quando o uso codificado refletia aproximadamente o falar da gente culta da época.

<sup>3</sup> Rossi, Nelson — *Atlas prévio dos falares baianos*. RJ, INL, 1963 — *Atlas prévio dos falares baianos*. Introdução. Questionário comentado. Elenco das respostas transcritas. RJ, INL, 1965.

Evidentemente, uma norma assim obtida corresponderá à média, num momento dado, para um dado grupo de falantes, tido como o mais representativo da tradição lingüística, da comunidade.

Isto significa que a norma assim descrita está sujeita a defasagem no transcurso do tempo, o que demandaria, futuramente, novo reajustamento, repetível sempre que se tiver em mira uma atualização da descrição da fala representativa da comunidade.

A escolha da forma culta para tal finalidade não significa o desconhecimento ou o descaso do uso em nível familiar ou popular, nem, muito menos, uma hierarquização valorativa, no topo da qual estaria a fala culta como forma superior de expressão. Apesar de que cada um dos registros de fala é a forma superior de expressão, no sentido de ser a mais pertinente e a mais eficaz segundo sua oportunidade e seu propósito, a forma culta é sem dúvida a mais prestigiada, pois sua projeção social coincide com o maior número de interesses nacionais a que serve.

Além disso, sob a pressão dos coloquialismos vigorosos e vivazes que a interpenetram, a forma culta não se alheia das demais, senão apenas na medida que sua espécie escrita está forçosamente condenada a certa fixidez, de que resulta defasagem, a partir do momento em que é descrita na sua realização efetiva.

Neste momento, em que assistimos ao início desses trabalhos de descrição e identificação, estamos também elaborando para o futuro, — um futuro em que se dirá, como atualmente, “mas ninguém fala como está nas gramáticas!”

O mesmo comentente que se pensa em relação à variante social prestigiada da língua no Brasil, pode ser repetido com respeito às variantes regionais, das quais algumas reivindicam o mérito de ser a mais autêntica; uma, porque se tem por herdeira direta de traços fonéticos lusos; outra, porque conserva grande cópia de arcaísmos léxicos; outra, porque se orgulha de realizar fonemas de acordo com a sua notação ortográfica, — argumentos todos perfeitamente inconsistentes, desde que cada uma dessas formas regionais é de fato a mais autêntica para a comunidade que a emprega, justificando-se a competição apenas quando se visa à representatividade nacional, à posição de prestígio social que isso implica.

No momento de selecionar, dentre as variantes regionais da língua portuguesa no Brasil, a mais representativa, para todos os fins, como acontece cedo ou tarde em todos os países civilizados, a escolha, no caso de ser dirigida, privilegiará aquela que dispõe de maior soma de recursos, tanto no plano da expressão artística, quanto no da comunicação pragmática.

Notoriamente, quando a hegemonia de uma das variantes decorre naturalmente da hegemonia político-social de um grupo de falantes, tal como aconteceu em muitas nações, como a França, por exemplo, e como se sugeriu entre nós, relativamente à variante carioca, a forma prestigiada é a da capital ou de um grande centro cultural.

Quando, porém, a tentativa é dirigida, pode-se buscar a média dos falares urbanos cultos, que refletem secundariamente falares de outros níveis, com certa estabilidade, e se situam à margem de contendas regionalistas.

Assim, a imagem da língua do Brasil poderá ser apurada a partir de levantamentos realizados em Recife, Salvador, São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, enfatizando-se o aspecto social, em detrimento do geográfico.

Evidentemente, a par dessas, outras muitas tarefas se impõem, se se pretende falar em nome dessa realidade apenas suspeitada, que é a língua do Brasil. Uma dessas tarefas seria refazer a história da língua portuguesa no Brasil, não à custa de suposições, generalizações e endosso do já dito e tido como assente, mas a partir de pesquisa nas fontes, em documentos que possivelmente atestem as fases por que passou a variante brasileira. Outra, o prosseguimento, à luz dos recursos modernos, do levantamento das falas rurais tópicas. Outra, um joeiramento de tudo quanto está contido nos dicionários e glossários ditos regionais, para efeito de discriminação entre o que de fato o é e o que assim se considera, por simples desconhecimento do que se passa alhures. Outra, entre tantas e tantas mais, a descrição do português popular urbano.

Tarefas todas elas lentas e onerosas e por isso freqüentemente incompatíveis com a afoiteza de alguns e a pobreza de todos nós, mas certamente indispensáveis para fundamentar qualquer afirmação que se pretenda honesta e razoavelmente válida, a respeito da língua do Brasil.

É o que deixam entrever aquelas dentre essas tarefas que já se encontram em desenvolvimento; embora iniciais e fragmentários, seus resultados já permitem levantar suspeição a respeito de muito do que se tem escrito sobre a língua do Brasil, além de alertar para o apriorismo da aplicação de dados mal fundamentados, no campo do ensino.

Em resumo, os problemas que atualmente dizem respeito à língua do Brasil são bastante diversos daqueles que inflamaram as gerações de Alencar e de Monteiro Lobato. Descartado um ou outro retardatário desinformado, já ninguém põe em dúvida o fato de que a nossa é uma variante da língua portuguesa, uma nova norma, resultante de um prolongado uso, por parte de uma comunidade específica, que já firmou suas tradições lingüísticas. Correspondentemente a esse modo de ver, já ninguém se ocupa do confronto com Portugal, quer para efeito de comprovar peculiaridades, que são evidentes, quer para a finalidade de opulentar a nossa variante e assim provar a sua superioridade, que é conceito ultrapassado.

Além disso já não importa que os portugueses chamem dialeto a essa variante não só porque, em termos gerais e sem nenhum rigor, língua e dialeto vêm a ser a mesma coisa, como também porque, sempre dentro daquelas restrições, qualquer variante regional ou social pode ser chamada dialeto.

Da mesma forma, perdem relevo o confronto e o antagonismo entre as variantes regionais brasileiras. Não porque essas variantes tenham deixado de existir; de fato elas persistem, embora esteja ocorrendo certo nivelamento, ainda não suficientemente caracterizado, mas certamente promovido pela TV, que divulga por todo o país as normas privilegiadas ou tidas como tais.

Esse esboço de unificação lingüística pode ter maior efeito a longo prazo e a persistirem as atuais circunstâncias. Nesse caso, a variante à qual incumbirá essa função niveladora será uma forma neutralizada, com base no uso urbano das grandes cidades, notadamente Rio e São Paulo. E o móvel dessa promoção, longe de ter, como no passado, cunho patriótico, nacionalista — papel que então cabia à língua literária, esse móvel será, sem a menor dúvida, conforme o caráter dos nossos tempos, econômico.